

Formação de Educadores e Abordagem Centrada na Pessoa: Instrumentalização de Discentes Frente às Questões Educacionais

Educator Training and Centered Approach in Person: Instrumentalization of students facing the Educational questions

Bruno de Moraes Cury¹

Leandro Bicalho Lopes²

Daniele Pereira Linhares³

PSIQUE – ISSN 1647-2284 – N.º 8 – Janeiro-Dezembro 2012 – pp. 75-97

Recebido em 01/06/2012; aceite em 21/10/2012

Resumo

O presente artigo tem a intenção de refletir sobre o desenvolvimento humano como recurso na formação de educadores, a fim de favorecer embasamento teórico ao corpo discente em relação às teorias psicológicas, bem como promover uma linguagem acessível vinculada à prática

¹ Mestre em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG). Professor e supervisor de estágio do curso de Psicologia da FACISA – Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde na União de Ensino Superior de Viçosa Ltda. (UNIVIÇOSA). Viçosa, Brasil. E-mail: brunomcury@yahoo.com.br

² Psicólogo pela FACISA – Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde na União de Ensino Superior de Viçosa Ltda. (UNIVIÇOSA). Viçosa, Brasil. E-mail: leandrobicalholopes@yahoo.com.br

³ Psicóloga pela FACISA – Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde na União de Ensino Superior de Viçosa Ltda. (UNIVIÇOSA). Viçosa, Brasil. E-mail: dany.p.linhares@hotmail.com

docente. Para tanto, torna-se necessária uma avaliação e contextualização conceitual do nosso referencial teórico adotado, a abordagem centrada na pessoa, ao tema da educação, que deve ser orientada à realidade formativa do aluno. O artigo pretende, ainda, a atualização em torno de novas metodologias de ensino e o desenvolvimento de práticas mais eficientes, que são um dos principais desafios da profissão de educador.

Palavras-chave: educação centrada no aluno, aprendizagem significativa, liberdade experiencial.

Abstract

The following article has the purpose of reflecting the about human development as a resource in teacher's training, in order to facilitate the theoretical basis to the student in relation with the psychological theories, as well as promoting an accessible language linked to the teaching practice. In order to do so, it becomes necessary to assess and contextualize the concepts of the client-centered therapy to the subject of education, which must be directed to the reality of the student's training. The article will also update new teaching methodologies and the development of more effective practices, which is one of the main challenges of the teaching profession.

Keywords: education focused on the student, significant learning, experiential freedom.

Introdução

Dentro da ciência psicológica existem três grandes correntes filosóficas que concebem de formas distintas o ser humano; são elas: a psicanálise, o behaviorismo e o humanismo. Esta última tem como principal expoente Carl Ransom Rogers (1902-1987), que desenvolveu seus estudos a partir de suas experiências clínicas. Todavia, existem várias modalidades que derivam de cada uma dessas correntes filosóficas. A teoria de Carl Rogers, a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), é uma das modalidades

da Psicologia Humanista, que orienta-se por uma base fenomenológico-existencialista.

Antes de discutir os conceitos centrais da ACP, é interessante apresentar os princípios básicos da fenomenologia. Problematicando sobre a separação entre sujeito e objeto, esta postula a impossibilidade de dissociação dos mesmos. Neste sentido, a fenomenologia aponta uma nova forma de leitura da realidade, na qual esta última não é considerada do ponto de vista concreto/físico, mas a partir de como o sujeito a percebe. Contextualizando com o ambiente escolar, isto quer dizer que o professor não deverá enxergar o aluno a partir do referencial dele (professor), mas a partir de como o aluno apreende esta realidade. Isto será discutido mais adiante, dentro do conceito de compreensão empática.

Na fenomenologia, o que é considerado fenômeno, envolve todas as situações cotidianas da vida que sejam psicologicamente relevantes. Portanto, campo fenomenológico, segundo Gonçalves (2008), envolve todos os aspectos das experiências que sejam reconhecidos mais intimamente como do próprio sujeito, formando a imagem do Eu. Outra parte destas vivências “é rechaçada por distorção ou negação, e não é aceita como componente da pessoa, embora permaneça marcado no campo.” (Gonçalves, p. 33). Esses dois segmentos formam o campo fenomenológico, que se caracteriza “pela frequência constante da intencionalidade, ou seja, da atenção consciente que doa o sentido ao objeto e o funde com o sujeito.” (Gonçalves, p. 33).

Dentro da perspectiva fenomenológica, a ciência do homem deve ser fiel à realidade do mesmo. Nesta concepção, fenômenos do cotidiano são relevantes e devem ser estudados a partir do ponto de vista de quem os vivencia. O homem é, portanto, um ser experimentador, que age intencionalmente, ou seja, é capaz de experimentar o ambiente, significando-o. Desta forma poderá agir em busca de objetivos específicos e, para alcançar estes, utiliza meios que demonstram a presença de mentalidade em um fenômeno. Isto prova que é a percepção de relações significativas entre sensações que constitui a experiência de um indivíduo, premissa defendida pela Gestalt, criada com influência fundamentalmente fenomenológica. O fenômeno só pode ser entendido, portanto, a partir do significado que o

sujeito dá a ele, em sua relação com o todo. Assim, percebe-se que na complexidade humana a observação estritamente empírica não é suficiente.

Método

Para o desenvolvimento do trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico de obras referentes à Abordagem Centrada na Pessoa enquanto uma abordagem em psicologia e as produções desta relacionada à educação. Foram utilizadas duas teses de mestrado e livros impressos. Foi necessário, ainda, um breve esclarecimento sobre a filosofia que deu base para o surgimento desta abordagem psicológica, a fenomenologia.

Revisão bibliográfica

Embasada nestas premissas fenomenológicas está a ACP. O eixo central desta abordagem consiste na idéia do que Rogers (1967, 2009, 1977a, 1977b) chamou de tendência atualizante. Segundo ele, esta tendência é inerente a todo ser vivo e consiste em um impulso ao crescimento e ao desenvolvimento de si e de sua espécie dentro das possibilidades de cada ser. Mais adiante será melhor explanada suas implicações.

Pode-se perceber que é uma visão de homem com uma capacidade inata de fazer escolhas, que, dentro de seu campo perceptual, são mais adequadas para o desenvolvimento próprio e de sua espécie. Partindo da premissa que as escolhas são feitas dentro do seu campo fenomenológico e que este campo é construído a partir da experiência de vida deste sujeito, nem sempre as escolhas estarão em acordo com aquilo que se espera socialmente, mas é importante considerar que a tendência atualizante o direcionou àquilo que para ele seria o melhor. O indivíduo, em seu ideal funcionamento da personalidade tende, então, a fazer sempre escolhas que favorecem seu crescimento e o das outras pessoas. Para facilitar a compreensão desta concepção é importante entender como se dá o funcionamento da personalidade segundo a ACP.

Rogers (2009) afirma que a personalidade vai se constituindo na medida em que o indivíduo se relaciona com outras pessoas. O autor formulou

a idéia de autoconceito para definir a forma como o indivíduo percebe o mundo e como ele percebe a si mesmo, servindo de referência para sua forma de se comportar e sentir. Segundo Kinget, citado por Justo (1987), o autoconceito ou self vem a ser um conjunto organizado e mutável de percepções que se referem ao próprio indivíduo: qualidades, defeitos, capacidades, limitações, valores e relações reconhecidas pelo indivíduo como descritivas de si mesmo e percebidas como retratando sua identidade.

É na proporção em que a criança vai se relacionando com as pessoas que lhe são significativas que ela estrutura sua forma de ser, direcionando tais atitudes para sua melhor aceitação. Carl Rogers (1975) denominou pessoas-critério estas pelas quais exercem influência sobre a criança, já que elas possuem condição de determinar e regular futuros comportamentos. Pode acontecer, então, do indivíduo optar por tomar direções dadas por estas pessoas-critério a satisfazer sua tendência atualizante. Rogers, citado por Gonçalves (2008) chamou esta vontade de ser aceito de “necessidade de consideração positiva”. Ela é universal nos seres humanos, embora não tenha sido definido se é inata ou adquirida.

As condições de aceitação que são oferecidas a um indivíduo estão, assim, diretamente relacionadas à forma como ele se percebe e se comporta. Isso quer dizer que um indivíduo avaliado condicionalmente, ou seja, aceito apenas em comportamentos considerados bons aos olhos das pessoas que lhe são significativas, tende a se afastar do seu funcionamento orgânico, ou seja, da sua totalidade no conjunto psicológico, fisiológico e social. Rogers (2009) chama atenção para o que ele coloca como funcionamento experiencial ou orgânico (que seria um sentir e agir o mais próximo possível do que a experiência desperta no indivíduo); e de incongruência experiencial (afastamento da sensação despertada pela experiência). É um sentir algo, mas agir em desacordo com esta sensação. Esta incongruência tem como consequência um indivíduo rígido em suas escolhas, que lhe ocasionaria um desarranjo interno, comumente chamado de doença psicológica. O funcionamento experiencial, por outro lado, diz de um indivíduo fluido e mais saudável em sua personalidade. Desta forma, de acordo com Tambara e Freire (2007), numa análise sobre a ACP, o problema no desenvolvimento da pessoa se dá quando há uma espécie

de desacordo entre a experiência do indivíduo com seu autoconceito. O indivíduo sente algo, mas reage em desacordo para satisfazer a imagem que criou de si a partir de um referencial que não é o dele. Não percebendo a sensação real do organismo e a fim de manter íntegra a imagem que tem de si, a orientação adequada não consegue efetuar-se. Isso explicaria os motivos de nem sempre o indivíduo se comportar para preservação de sua espécie. Esses valores passam a ser aceitos como tão ‘reais’ quanto os valores conectados às experiências diretas. É neste ponto que o indivíduo entra no caminho que, mais tarde, descreverá como ‘eu, na verdade, não me conheço direito’ (Rogers, citado por Tambara & Freire, 2007).

Um exemplo claro disso num ambiente escolar se dá quando o aluno tem o material roubado pelo colega e sente uma forte vontade de xingá-lo ou agredi-lo, mas pode ter ameaçada a perda do amor de pessoas significativas (neste caso o professor), caso ele o faça. Ocorre então, que este aluno, a fim de manter uma boa imagem de si para o professor, prefere distorcer ou negar essa vontade, afastando, assim do seu funcionamento experiencial. Ele pode, então, simbolizar na consciência de forma distorcida (‘este comportamento é maldoso’) ou negando (‘não me sentirei bem caso agrida-o ou xingue-o’). O aluno passa a agir como se não tivesse sentido raiva do colega que lhe roubou o material, quando na verdade a sentiu. Essa experiência (raiva por ter algo roubado) é excluída da consciência. Esta forma de comportamento é introjetada em seu autoconceito como se fosse dele, quando na verdade veio do referencial do seu professor, o que ocasiona uma incongruência entre o autoconceito e a experiência. Quanto maior essa discrepância, maior será o mal funcionamento da personalidade. Segundo Justo (1987), negar a verdadeira natureza de suas vivências é impossibilitar o poder de tomar atitudes conscientes em face delas e tornar-se seu mero brinquedo, em outras palavras, a possibilidade de lidar com os sentimentos, sejam eles hostis ou não, vem antes de tudo, a partir da tomada de consciência. No caso do exemplo acima, o ideal seria o professor facilitar que aluno simbolize seu sentimento, que é a raiva por ter o material roubado, juntamente com a explicação de que agredir o colega não condiz com as regras da escola, ou seja, aceitar o sentimento e não a atitude.

O conceito de tendência atualizante, dentro da ACP, é baseado no pressuposto de que o indivíduo tem dentro de si mesmo a capacidade de resolver os seus problemas satisfatoriamente. Através deste impulso ao crescimento, inerente a todo ser humano, o indivíduo perceberá o comportamento maduro como satisfatório. A tendência atualizante atuaria justamente no sentido de dar ao aluno condições de agir dentro do seu referencial de realidade e não do professor, afim de garantir seu bem estar. Assim, o educador deverá reconhecer e esclarecer as atitudes emocionais expressas pelo aluno. Para que tudo isto seja possível Carl Rogers postula três atitudes básicas que são, segundo ele, necessárias e suficientes para o desenvolvimento da tendência atualizante, e conseqüentemente, para o crescimento pessoal e desenvolvimento ótimo da personalidade e aprendizagem. São elas: a compreensão empática, a congruência e a consideração positiva incondicional.

Através das atitudes descritas a seguir, o educador poderá criar a oportunidade para que seus alunos possam crescer e aprender sob melhores condições. Em nossas relações cotidianas dificilmente somos ouvidos sem, depois de nossa fala, ouvirmos um “eu acho que...”, “você não deveria ter...”, ou seja, quem ouve está sempre esperando para dizer algo, seja para mostrar como teria feito ou como seria a forma correta. É neste sentido que a escuta do professor deverá ser diferenciada na tentativa de livrar-se de julgamentos prévios, e quando houver a necessidade de corrigir um comportamento inadequado, o professor deverá antes compreender e somente depois mostrar onde está o erro. Para que o aluno sinta-se capaz e à vontade para o processo de aprendizagem, deverá sentir-se num clima de aceitação que comumente não encontra em suas relações cotidianas, isto é, não deverá sentir-se julgado por suas atitudes, mas sim, compreendido nas mesmas. Isso quer dizer que o professor deverá considerar que ele (aluno) faz o melhor que pode naquele momento. Para um clima facilitador, portanto, o educador deverá ter, verdadeiramente, a crença na capacidade de seus alunos a fim de aproximar-se do núcleo experiencial do mesmo. Vale ressaltar, então, que as três condições postuladas pelo criador da ACP vão num sentido de dar uma maior autonomia e uma maior abertura a experiência.

A busca ao desenvolvimento satisfatório é o produto da conjugação de forças internas, positivas em sua orientação, mas flexíveis, e de forças externas, favoráveis à atualização destas forças (Gonçalves, 2008). Para que haja facilitação, para que um clima humano desprovido de ameaça torne-se possível, o professor deverá ser autêntico, congruente, isto é, ser ele mesmo, exprimindo, em suas atitudes, seus sentimentos reais. A congruência ou autenticidade consiste em uma espécie de sintonia entre o que o indivíduo sente e sua forma de agir, dando significado àquilo que experiencia. Isto é, o indivíduo congruente seria aquele que age de acordo com seu campo experiencial. Sendo a mesma uma correta simbolização do que é experienciado, consiste em ser verdadeiro com os próprios sentimentos e expressar os mesmos quando julgar necessário e quando for cabível. Segundo Gonçalves (2008), a congruência pode ser expressa em dois níveis distintos:

Em um nível mais básico, considero como a fundamental congruência, o conhecimento do significado sentido, simbolizado corretamente na consciência, a partir de uma estimulação interna e / ou externa. Esse evento provoca um segundo nível, constituindo-se em um motivador de comportamento que, porém, sofre ações racionais e irracionais a fim de adequar-se à situação externa vivida em interação com o ambiente sociocultural. (Gonçalves, 2008, p. 44)

Isso significa que, primeiramente há uma simbolização interna da experiência e, num segundo momento, o indivíduo, de acordo com sua racionalização sobre o ambiente social, opta por externalizar ou não o que foi sentido. É importante não confundir atitudes impulsivas, agressivas, grosseiras, etc. como necessárias evidências ou justificativas de estados de congruência e nem julgarmos como, em estado de incongruência, uma pessoa que escolhe um comportamento que não corresponde, exatamente, ao que está sentindo de maneira explícita no organismo. Por exemplo, se um professor, em determinado momento sente algo em relação ao aluno que não deseja comunicar, não significa que esteja em estado de incongruência, mas sim que prefere não externalizar o que está sentindo, desta forma, a

congruência é um estado interno, que pode ou não ser externalizado, mas sempre deverá estar no nível da consciência por quem sente.

Para Rogers (1977a), esta é a mais básica das técnicas de intervenção facilitadoras, pois segundo ele, “quando o facilitador é uma pessoa real, se apresenta tal como é, entra em relação com o aprendiz, sem ostentar certa aparência ou fachada, tem muito mais probabilidade de ser eficiente.” (p. 112). Assim, ser congruente é um meio de se permitir ser quem se é em um encontro pessoal direto com o aluno, encontrando-se com ele na base de pessoa-a-pessoa (Rogers, 1977a). Ao desenvolver esta atitude, o educador permite-se entrar em contato com as outras duas atitudes básicas, podendo ou não ser eficaz nas mesmas, mas sempre sendo verdadeiro em sua relação com os alunos.

Falando agora da atitude que pressupõe uma confiança básica e valorização da pessoa do aluno tem-se a consideração positiva incondicional. Ela consiste numa atitude em que o educador “aceita”, acolhe o educando como ele é, facilitando-lhe a jornada em direção ao que deseja ser. Neste sentido, o professor tem apreço pelo aluno, acreditando que o mesmo está se empenhando em ser melhor, em saber mais. Esta atitude não é possessiva, não exige qualquer gratificação pessoal; corresponde a uma completa ausência de julgamentos e de antecipações de sentimentos de outrem por parte do educador, isto é, este permite ao aluno que experimente seus sentimentos, que atualize-os plenamente, conforme o fluxo de sua tendência atualizante. Porém esta atitude não deve ser confundida com permissividade, pois, “considerar, significa levar em conta, em consideração, admitir a possibilidade, porém não implicando em aceitação.” (Gonçalves, 2008, p. 43). Nesta concepção, o que o educador considera é a pessoa do aluno, levando sempre em conta que suas atitudes são direcionadas de acordo com o fluxo de sua tendência atualizante, sendo este impulsionado a buscar sempre o melhor dentro de suas possibilidades. Nesse sentido, pelo seu autoconceito não estar ameaçado por avaliações condicionais (perda do amor, etc.), o indivíduo, no caso o aluno, poderá simbolizar as sensações experienciadas sem distorcê-las ou negá-las. Dentro da ótica da ACP, ao se sentir aceito enquanto tal, o aluno buscará a

melhora, tendo a oportunidade de vivenciar seus sentimentos sem agredir as normas impostas pela escola.

É importante ressaltar que, em alguns textos sobre a ACP, encontra-se o termo aceitação no lugar de consideração, porém o termo aceitação implica em aprovar ou concordar com o conteúdo e/ou a forma da expressão do mesmo, e isto não é cabível dentro da ACP. Portanto, o termo consideração, é mais abrangente, pois envolve semelhanças e diferenças entre os sujeitos em relação, assim considerar implica em levar em conta, termo que não dá vazão para que seja confundido com permissividade (Gonçalves, 2008).

A compreensão empática consiste num movimento em que o professor busca entender o aluno a partir da situação deste. É, então, a capacidade de se colocar no mundo do outro sem se perder, ou seja, despir dos valores, o que Rogers chamou de “pôr de lado nosso próprio Eu” (Rogers citado por Tambara & Freire, 2007, p.82) e entender o outro. É a compreensão empática que dá ao indivíduo a sensação de que está sendo entendido até além do que ele consegue dizer. Desta forma, consideração positiva incondicional e compreensão empática estão intimamente ligadas, pois, para compreender é necessário “colocar-se no lugar do outro”, sem juízo avaliativo. Neste movimento, o professor liberta o aluno de tensões e preocupações que o desgasta. Isto quer dizer que, através deste clima propício, o aluno terá mais liberdade em, por exemplo, expor suas dúvidas de forma clara ou relatar ao professor quando este se contradiz. No exemplo citado a seguir, o professor demonstra ao aluno que o considera e o compreende, explicitando esta compreensão. Isto só é possível porque ele se coloca no lugar do aluno, assumindo seu ponto de vista – “eu entendo que você esteja irritado” – ao mesmo tempo em que o considera antes de corrigi-lo. Assim, quando, por exemplo, um aluno faz algo que agride as normas escolares, como bater no colega, seria mais cabível, dentro da perspectiva humanista, dizer “eu entendo que você esteja irritado com seu colega, mas bater nele, não é admissível”, do que “não faça mais isso, senão mando você para a diretoria”. Agindo da primeira forma, o educador estará demonstrando que antes de qualquer coisa, ele aceita o aluno, que ele o compreende (Garcia & Horta, 2007).

Esta atitude de compreender empaticamente deve ser precedida de uma escuta sensível, onde o educador tem a habilidade de compreender as reações íntimas do aluno, buscando, portanto, entender como o aluno vê o processo de aprendizagem significativa. Através da percepção de estar sendo compreendido desta forma, o aluno sentir-se-á profundamente reconhecido, compreendido do seu ponto de vista.

Como já citado anteriormente estas três atitudes básicas brotam de um olhar positivo com relação às possibilidades do aluno, de uma confiança no organismo humano. “Se desconfiar do ser humano, devo abarrotá-lo com informações. Se, porém, tiver confiança em sua capacidade de cultivar as potencialidades, então posso oferecer-lhe ensejo para escolha dos próprios caminhos na aprendizagem”. (Rogers, citado por Justo, 2003, p. 44). O resultado destas atitudes combinadas é uma conscientização e mobilização pessoal do estudante, o que leva-o a aprender significativamente, pois está empenhado e disposto a realizar objetivos próprios, já que tem liberdade para isto.

Discussão

A partir do pressuposto de que o processo terapêutico trata-se de um processo intensivo de aprendizagem, vários teóricos de orientação humanista, incluindo Carl Rogers, seu criador, buscaram, e ainda buscam na atualidade, adaptar o método humanístico ao contexto escolar. Esta tarefa visa melhorar as relações interpessoais entre os diversos atores escolares e proporcionar uma aprendizagem significativa, com maior liberdade ao aluno do que àquela que é oferecida no método tradicional de educação. Isto permite, ao aluno, desenvolver a capacidade de se orientar inteligentemente em diversas situações, sejam elas educacionais ou não. Para isto, torna-se necessária a compreensão de todos os aspectos envolvidos em cada contexto específico, ou seja, a cultura educacional e institucional de cada localidade.

Rogers, em várias de suas obras, apresenta proposições a respeito do que convencionou chamar de Ensino Centrado no Aluno, uma alusão à Abordagem Centrada na Pessoa, que em muito se assemelha já que, como

citou-se anteriormente, o processo terapêutico corresponde a um processo intensivo de aprendizagem. Carl Rogers utilizou-se da Abordagem Centrada na Pessoa transpondo-a para o campo da educação. Sem perder o foco nas relações e, por conseguinte, no ambiente disponibilizado para o indivíduo, Rogers publicou em 1969 o livro intitulado *Liberdade para Aprender*, onde ele coloca suas idéias acerca do processo de ensino/aprendizagem.

Dentro da perspectiva educacional desenvolvida por Carl Rogers, o professor funciona como um facilitador da aprendizagem e integra-se no grupo da sala de aula como uma ferramenta importante na busca da aquisição de aprendizagem significativa. Desta forma, o professor funciona como um aliado do aluno em seu processo de aprendizagem, nisto assemelha-se ao ensino tradicional. A diferença neste enfoque reside no fato de que não há hierarquização no sentido de que o professor é o detentor do saber e os alunos depositários deste. O professor age numa relação dialógica com o aluno, isto é, de forma igualitária onde todos têm direito de expor suas opiniões, bem como agir de acordo com seu modo específico de ser (Garcia & Horta, 2007).

Assim como em qualquer outro contexto, a sala de aula pode ser um veículo para facilitar ou para dificultar a crescimento pessoal do indivíduo. Quando a sala de aula oferece um ambiente onde o aluno pode manifestar seus interesses, pensamentos e descobertas, este ambiente tende a constituir o que Rogers (2009) chamou de acordo interno ou congruência, como já foi citada anteriormente. Em contrapartida quando a pessoa do aluno se sente reprimida nessas manifestações, um estado de desacordo interno, vulnerabilidade, ansiedade e, conseqüentemente, dificuldade de aprendizagem, tende a se tornar preponderante. Não se pode perder de vista, então, a importância da constituição deste ambiente propício. Nesse sentido, as três condições necessárias e suficientes são imprescindíveis para tal.

A perspectiva rogeriana de educação tem como mola mestra a confiança na capacidade do aluno e na produção de sentido como única forma de se atingir uma aprendizagem significativa. Segundo ele, esta é aquela que “realmente provoca alterações na personalidade, ou seja, o conhecimento que pode ser aplicado na realidade e com o qual se possam fazer relações

que antes não aconteciam” (Rogers, 1977a, p. 259). Gonçalves (2008) coloca que este tipo de aprendizagem dá sentido aos significados, pois emerge de experiência direta, sendo assim, modifica o comportamento, agregando-o a experiência do Eu. Tentar ensinar uma criança a ler, sem que esta tenha visto algum sentido para a leitura, teria pouco efeito. Ao passo que, quando esta descobre que através da leitura poderá ter um contato de maneira diferente com o mundo (lendo um gibi, por exemplo), provavelmente os resultados seriam outros.

Dentro da perspectiva educacional humanista busca-se considerar a sala de aula como um grupo humano, levando-se em conta, portanto, as diversas relações ali estabelecidas com todas as suas complexidades e peculiaridades. Desta forma, torna-se impossível um método de aprendizagem que não leve em conta o humano em sua atuação social e individual. É cabível então, que os profissionais da educação considerem o aluno em todas as suas manifestações, estas que são decorrentes de uma complexa gama de fatores. Isto que dizer que cada ser age a seu modo, de acordo com o seu processo de experiência. Em qualquer âmbito que considerarmos, este fator deve ser compreendido e as atitudes do professor direcionadas de acordo com o mesmo. Não é tarefa do professor tornar-se um especialista do comportamento e da subjetividade humanas; porém, o mesmo deve agir como um educador.

O sentido de educador que se busca explicitar aqui tem o foco na relação professor aluno, da qual o conhecimento é construído a partir desta relação, sendo, portanto, o conteúdo trabalhado numa relação dialógica. O princípio fundamental da educação, nesse sentido, é auxiliar a formação de cidadãos autônomos, função esta emancipadora.

A proposta da utilização do humanismo na educação diz respeito a uma mudança de foco no processo de ensino/aprendizagem. Diferente das perspectivas tradicionais, o ensino deixaria de ser centrado no professor, para se centrar no aluno. O método didático do tipo “um professor que fala, orienta e ensina – de um lado e, do outro o alunos que escutam, anotam para, oportunamente, reproduzir o mais exatamente possível” (Justo, 1987, p.131) deveria ser deixado de lado para abrir espaço para um método que se concentre no interesse do aluno. O saber do professor passa a ser mais

um recurso disponível, tornando-se ele apenas um facilitador do aprendizado do discente (ressalta-se aqui que será utilizada a palavra “facilitador” como sinônimo de professor). O facilitador deve ter em conta que os alunos aprendem aquilo que para eles é significativo, sendo a passividade muitas vezes vivida na sala de aula, produto e produtora de desinteresse, e uma das maiores inimigas de uma aprendizagem eficaz. Para Doxsey (2009a) a facilitação da aprendizagem vai se construindo quando os agentes envolvidos no processo ensino/aprendizagem podem desconstruir seus papéis e tornar-se co-aprendizes. Isso levaria, inevitavelmente, a uma clarificação de motivações e estabelecimento de uma comunicação mais autêntica em busca do conhecimento.

A confiança na capacidade do aluno em saber exatamente o que deseja aprender e atingir tal objetivo vem da crença na tendência atualizante, descrita anteriormente. Confiar na capacidade do aluno quer dizer também estar certo de que há nele um interesse natural, uma curiosidade para descobrir o mundo que o cerca. Rogers (1977a) enumera dez pontos sobre a aprendizagem, segundo pesquisas e experiências descobertas por ele. São elas:

- 1) Os seres humanos têm natural potencialidade de aprender: caso receba condições apropriadas para isso, os seres humanos tem desejo e condições de aprender.
- 2) A aprendizagem significativa verifica-se quando o estudante percebe que a matéria a estudar se relaciona com seus próprios objetivos: o estudante só aprenderá, no sentido mais amplo da palavra, as coisas que para ele forem relevantes, que servirem de alguma forma para seu crescimento. A rapidez da aprendizagem também tem a ver com a significância dela. Quanto mais próximo um conteúdo tiver do objetivo pessoal do estudante, maior a rapidez com que ele aprenderá.
- 3) A aprendizagem que envolve mudança na organização de cada um- na percepção de si mesmo- é ameaçadora e tende a suscitar reações: o fato de a aprendizagem ser significativa para o indivíduo, e assim causar-lhe mudanças na percepção de si, tende a

gerar uma dificuldade de reconsideração. Por exemplo, um professor que há anos dá aula utilizando-se de uma certa metodologia, poderá encontrar dificuldades em aceitar um novo ponto de vista sobre como lecionar.

- 4) As aprendizagens que ameaçam o próprio ser são mais facilmente percebidas e assimiladas quando as ameaças externas se reduzem ao mínimo: ameaças ou julgamentos de valores só serviriam para aumentar a resistência do aluno à qualquer tipo de mudança. O contrário disso, um ambiente de aceitação e livre de ameaças agiria como catalisador no processo de aprendizagem significativa. “Um ambiente de apoio e compreensão, a falta de notas, ou um estímulo a auto-avaliação, removem ameaças externas e permitem fazer progressos, porque já não se acha paralisado pelo temor” (Rogers, 1977a, p. 161).
- 5) Quando é fraca a ameaça ao “Eu” pode-se perceber a experiência sob formas diversas, e a aprendizagem ser levada a efeito: o processo de aprendizagem tende a progredir quando é diminuída a ameaça ao Eu. Isso quer dizer que depreciações, humilhações, julgamentos, interferem negativamente na aprendizagem.
- 6) É por meio de atos que se adquire aprendizagem mais significativa: confrontar um estudante com problemas práticos de seu cotidiano é uma forma de facilitar a aprendizagem significativa.
- 7) A aprendizagem é facilitada quando o aluno participa responsavelmente do seu processo: é fundamental, para que ocorra uma aprendizagem significativa, quando o aluno dá o direcionamento do próprio aprendizado. Segundo Justo (1987), a aprendizagem ativa é bem superior à passiva. Dar ao aluno condições de escolher os próprios problemas e as soluções para enfrentá-los, indo na linha de seus interesses, possibilita resultados mais efetivos.
- 8) A aprendizagem auto-iniciada que envolve toda a pessoa do aprendiz – seus sentimentos tanto quanto sua inteligência – é mais durável e impregnante: Rogers (1977a) coloca que a aprendizagem não deve ocorrer apenas do pescoço para cima, mas envolve o

indivíduo em sua totalidade, aquela em que ele se sente por si mesmo envolvido no que está sendo aprendido.

- 9) A independência, a criatividade e a autoconfiança são facilitados, quando a autocrítica e a auto-apreciação são básicas e a avaliação feita por outros tem importância secundária: a atmosfera de liberdade seria a melhor condição para fazer desabrochar a criatividade. Qualquer tipo de avaliação externa é prejudicial para a criação. Para Rogers (1977a), os alunos que ficarem muito dependentes das avaliações dos outros, ficarão provavelmente imaturos e dependentes, ou acabarão por se rebelarem contra estes juízos externos.
- 10) A aprendizagem socialmente mais útil, no mundo moderno, é a do próprio processo de aprendizagem, uma contínua abertura à experiência e à incorporação, dentro de si mesmo, do processo de mudança: é a aprendizagem que leva a uma abertura à experiência. O mundo vive em constantes modificações, a aprendizagem que propicia uma capacidade de abertura às situações diversificadas da vida, tende a ser mais socialmente e individualmente útil.

Um conhecimento auto-descoberto não pode ser comunicado diretamente à outra pessoa, pois, o indivíduo que tenta este processo, com um entusiasmo natural, começa a ensinar, e os resultados disso não tem consequência. Isso quer dizer que o professor, ao tentar assumir um papel ativo e de transmissor do saber, está fadado a não conseguir seu objetivo. Deve-se deixar o estudante livre para escolher, como uma pessoa que se respeita e que se motiva, evitando assim obrigá-lo ao conformismo, tornando a educação reconstrutora da experiência do próprio indivíduo.

É fato que em sala de aula estabelece-se um grupo humano. Como tal, devem ser consideradas as diversas interações estabelecidas bem como toda a complexidade que caracteriza este tipo de grupo. Partindo deste pressuposto, é necessário considerar o mundo interno dos atores envolvidos neste fragmento da sociedade. Portanto, professor e aluno interagem a partir de seus campos experienciais que, como citado, englobam as experiências do Eu e, por conseguinte, caracterizam o sujeito

tal como ele é. Isto leva a entender que as pessoas apreendem o mundo de forma diferenciada.

Partindo desta visão, pode-se concluir que, como seres diferentes em formação contínua, cada um aprende de forma particular. Sendo assim, o sistema educacional rígido e inflexível não corresponde às múltiplas demandas estabelecidas no contexto de sala de aula. Com isto percebe-se a necessidade de um modo de educar que não só considere as individualidades dos alunos como corresponda a estas formas diferentes de individuação e aprendizagem. Portanto, é importante que o professor estabeleça certo vínculo com seus alunos, atendendo assim, dentro dos limites educacionais impostos, às diversas formas singulares de entendimento e apreensão da realidade de cada um.

Como criar este clima de facilitação? Como não julgar o aluno se esta é uma tarefa recorrente que o professor cumpre, até mesmo por uma questão burocrática? De acordo com a perspectiva Centrada no Aluno, para que isto seja possível é preciso confiar no grupo humano que ali se estabelece e, principalmente, nos indivíduos que fazem parte deste grupo. É importante confiar nos alunos, em suas ações e reações. Portanto, a confiança no organismo, como explicitada anteriormente, é premissa básica para a aplicação do Ensino Centrado no Aluno conforme Rogers postula. Isto significa que o professor deve acreditar no desejo do aluno para alcançar os objetivos significativos para ele. Por isso mesmo, a facilitação da aprendizagem deve passar por um acordo entre facilitador e alunos para determinar quais serão os assuntos discutidos, dentro do programa exigido pela escola/faculdade, de acordo com o interesse e significado exposto.

Para desenvolver um clima propício ao crescimento pessoal, onde as capacidades criativas sejam alimentadas e encorajadas à livre expressão, torna-se necessário que o professor desenvolva determinadas habilidades que, certamente, irão desencadear um processo cíclico, que afeta todos os atores envolvidos. Por isso, é preciso que o professor esteja disposto a agir conforme a pessoa real que é, isto é, deve despir-se do “papel” tradicional assumido para se tornar um facilitador da aprendizagem. Isto significa que “os sentimentos que está tendo, sejam quais forem, ele precisa aceitar em si próprio e não esconder de seus alunos” (Milhollan & Forisha, 1972, p. 177).

A esta atitude dá-se o nome de congruência, conceito amplamente discutido anteriormente no texto. Segundo Gonçalves (2008), a congruência corresponde à auto-percepção do facilitador de como se sente no momento em que a relação acontece. Ainda para o autor, a congruência perpassa por dois níveis distintos: o primeiro corresponde à correta representação/simbolização, na consciência, do que é experienciado no presente vivido; o segundo refere-se à motivação do comportamento que ocorre a partir do estado de congruência, isto é, deve-se à exteriorização ou não do que é sentido de acordo com a adequação à situação externa vivida em interação com o ambiente sociocultural. Neste sentido, o facilitador age de acordo com sua orientação pelos valores impostos pelo social que emergem da prudência, elegância, respeito, etc.

Dentro da perspectiva Centrada no Aluno, o resultado de uma aprendizagem significativa, é um sujeito que aprendeu a aprender, ou seja, o homem que aprendeu a se adaptar e mudar, “que percebe que nenhum conhecimento é seguro e que só o processo de buscar conhecimento dá alguma base para segurança” (Milhollan & Forisha, 1972, p. 177). Neste aspecto cai por terra o medo típico entre os professores de não saber algo, isto porque se a proposta do Ensino Centrado no Aluno é construir conjuntamente o conhecimento, não há detentores do saber, mas seres humanos em contínuo processo de aprendizagem. Percebe-se a necessidade de ajudar o aluno a desenvolver sua capacidade crítica, isto é, de conhecer criticamente.

Segundo Parrat-Dayana (2008) o desenvolvimento do senso crítico do aluno é uma resposta ao aprendizado livre e democrático. Neste tipo de aprendizagem, encontra-se ao lado do desenvolvimento do senso crítico, também o desenvolvimento da criatividade, da cooperação, da autonomia moral e intelectual e de outros atributos apreciados pela sociedade em um indivíduo.

A princípio, esta forma voltada ao indivíduo de ensinar pode parecer difícil, e para alguns, impossível. Porém a vasta literatura sobre Ensino Centrado no Aluno e formas não diretivas de ensino/aprendizagem (Gonçalves, 2008; Parrat-Dayana, 2008; Rogers, 1977a e 1975; Justo 1987 e 2003; Tambara e Freire 2007; Doxsey 2009a) demonstra que diversas

experiências foram realizadas com sucesso, melhorando não só as relações interpessoais em sala de aula, como a aprendizagem e entendimento. A liberdade incorporada em sala de aula não dá margem a comportamentos indisciplinados e/ou irresponsabilidade quanto ao aprendizado. Ao contrário disto, nas experiências relatadas, nota-se alto grau desenvolvimento responsável e diminuição de indisciplina. Diversos atributos louváveis em um sujeito social também demonstram desenvolvimento, como maturidade e colaboração, por exemplo.

Rogers (1977a) chama atenção para a possibilidade de utilização da liberdade no processo de ensino/aprendizado dentro do sistema educacional. Mesmo sendo obrigado a seguir um currículo escolar, e tendo em vista os alunos que irão se candidatar para um processo seletivo (vestibular), ainda sim há margem para disponibilização de um clima favorável a liberdade dos alunos.

Uma experiência pessoal é mostrada por Rogers (1977a) onde o relato de Dr. Volney Faw exemplifica como numa escola de nível superior (facilmente transposta para qualquer nível de educação) é utilizada a liberdade dentro de certos limites. Segundo Dr. Faw citado por Rogers (1977a), muitos são os professores que, ao lerem sobre a utilização de criatividade e liberdade dentro da sala de aula, antecipam problemas, afirmando a inviabilidade de abandonarem padrões acadêmicos. Dr. Faw utilizou-se de uma metodologia onde conciliou as exigências da instituição e a liberdade proposta por Rogers. Um dos pontos de vista adotados por Dr. Faw e descrito na metodologia que ele entregou a cada aluno, é o de que o curso pertencia, fundamentalmente, ao aluno, cabendo a ele uma participação ativa.

Cabe-lhe escolher os seus objetivos e continuar a fazer escolha em todas as fases do curso, nos limites mais amplos de alternativas. Recebe ele alto estímulo e pode facilmente dispor de muitos recursos pessoais e materiais, mas, isso não altera o fato de que aprende mediante escolhas independentes de fim e meios, fazendo suas opções tendo em vista o que é válido para

ele e tomando a iniciativa da execução de tais escolhas. (Rogers, 1977a, p. 66)

Faw também não precisou abrir mão dos interesses próprios, assim como os discentes, também escolheu várias vezes o que apresentar na sala, mas evitando um excesso de aula expositiva ou rotina. Dar aos estudantes a liberdade para falarem se estão interessados ou não na técnica de exposição de um conteúdo, também é uma maneira de dar a eles a condição de direcionar o ensino, sendo assim responsabilidade do professor facilitar que os alunos expressem isso. Cabe a ele, então, estar aberto a outras formas de tratar o conteúdo, não necessariamente abrindo mão de uma matéria curricular. O conteúdo do curso na descrição de Faw citado por Rogers (1977a) deve ser mostrado aos alunos, assim como os objetivos da disciplina e sugestões de leitura, deixando-os em condições de traçar sua própria maneira de tentar atingir tais objetivos.

Nota-se, assim, que tanto aluno quanto professor podem agir, sem receio de julgamentos externos, de acordo com seu campo experiencial, não omitindo-se ou transfigurando-se afim de manter a “encenação” da boa classe, onde tanto professor quanto aluno assumem “papéis” que, na maioria das vezes, não correspondem ao que se é de fato (Doxsey, 2009a). Portanto, a classe onde ocorre a aprendizagem significativa contém elementos humanos passíveis de erros, que se desenvolvem e aprendem de forma mútua tanto individual quanto coletivamente. Isto quer dizer que ao fazer uma pergunta aparentemente “boba”, por exemplo, o aluno não se sentirá julgado/oprimido pela reprovação do professor que afirma que já explicou muito bem aquilo, mas, pelo contrário, receberá a resposta à sua pergunta de forma absolutamente natural, sem julgamentos ou repreensões.

A avaliação é outro ponto pertinente a ser destacado. Segundo Rogers (1975 e 1977a) e Justo (1987 e 2003), o crescimento pessoal, neste caso também da pessoa enquanto aluno, é prejudicado quando submetido a avaliações externas. O melhor ponto de observação para avaliar qualquer indivíduo é através do seu próprio referencial, levando em consideração a unicidade do mundo interno de cada um.

Conclusões

Se sentir avaliado por uma pessoa de um referencial que não o do próprio indivíduo avaliado, seja ela positiva ou negativa, abala a confiança dele (indivíduo) em sua capacidade avaliativa e de se conhecer. Então, a melhor forma de avaliar é a auto-avaliação. Justo (1987) diz que somente o estudante tem condições de saber se alcançou o objetivo proposto por ele e seu esforço para isso. Porém, há uma cobrança nas instituições de ensino para que haja uma avaliação do processo do aluno. Nesse sentido, Rogers (1977a), propõe algumas alternativas, afirmando ser a avaliação um dos principais processos de aprendizagem auto-iniciada. O indivíduo tem de tomar a responsabilidade por decidir: quais *critérios* que lhe são importantes, quais *objetivos* que devem ser alcançados e até onde ele os alcançou, que realmente aprende a assumir responsabilidade por si próprio e por suas direções. (Rogers, 1985, citado por Justo, 2003). No caso de discrepância entre a avaliação do estudante e do professor, o diálogo é uma forma de buscarem uma solução, procurando as razões para tal divergência.

Dentre os instrumentos educacionais e pedagógicos utilizados, tais como, livros didáticos, vídeos, entre outros, o principal e fundamental é o facilitador. Desta forma, o facilitador deve-se colocar como mais um recurso a ser utilizado pelos alunos e não como o único. Assim, segundo Doxsey (2009b), haverá possibilidade de que o aluno, em seu aprendizado individual, significativo e responsável, utilize-se da vasta formação prévia do professor, que inclui os conhecimentos adquiridos na formação, nas relações sociais e que passam a integrar seu campo experiencial, para o enriquecimento de seu próprio conhecimento em construção e, por conseguinte, de seu próprio campo experiencial.

Para Doxsey (2009b), a aprendizagem mostra-se como algo que ocorre simultaneamente no aluno e no professor enquanto ensina. Se o facilitador estiver aberto a esta co-aprendizagem, conseqüentemente estará apto a reconhecer a necessidade de mudança ou reconsideração de seu quadro referencial, quando necessário. Com esta percepção facilita-se o desenvolvimento e aperfeiçoamento de conceitos teóricos e práticos no

âmbito educacional. Isto permite que os conhecimentos já sabidos sobre a aprendizagem sejam “organizados sistematicamente e coerentemente para formar uma abordagem pedagógica sólida para um desenvolvimento educacional substancial e renovado” (Doxsey, 2009a, pp. 102).

Por fim, é fundamental destacar que a utilização de um Ensino Centrado no Aluno não abre margem para desvalorização da necessidade da figura do educador. O papel de facilitador do ensino dá a ele muito o que fazer para criar uma clima favorável para que ocorra a aprendizagem, como já foi dito. A diferença reside em tirar dele o foco e colocar no aluno. Como afirma Rogers (1977a), cabe também ao professor disponibilizar a matéria prima aos estudantes, ou seja, todo seu arsenal de conhecimento, livros, artigos, revistas para que os estudantes possam acessá-los quando quiserem.

Gonçalves (2008) reforça a necessidade do professor no processo de ensino/aprendizagem, apontando que, da mesma maneira que no terapeuta, o professor deve desenvolver atitudes que facilitem a expressão do indivíduo. No entendimento do autor e do próprio Rogers, esta perspectiva do aprender a aprender, centra-se acima de tudo na relação professor / aluno, numa mútua troca de experiências.

Referências

- Garcia, A.G.Q. (Produtor) & Horta, R. (Diretor) (2007). Coleção Grandes Educadores: Carl Rogers. Brasil: Sonopress Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográficos Ltda.
- Doxsey, J. R. (2009a). A educação centrada no aprendiz: novos rumos para a autonomia na aprendizagem a distância – ESAB 2009. In A. Bacellar, (Ed.). *A psicologia humanista na prática: reflexões sobre a prática da Abordagem Centrada na Pessoa* (pp. 92-114). Palhoça: Unisul.
- Doxsey, J. R. (2009b). Aprendizagem e educação Centrada na Pessoa: O desafio da síntese e seus princípios. In F. C. S. Klockner (Ed.). *Abordagem centrada na pessoa: A psicologia humanista em diferentes contextos* (pp. 94-119). Londrina: Unifil.

- Gonçalves, L. S. S. (2008). *Atitudes Empáticas e Aprendizagem: um estudo da relação professor/aluno através do olhar da Abordagem Centrada na Pessoa*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Justo, H. (1987). O processo ensino-aprendizagem segundo a teoria de Carl Rogers. In Justo, H. (Ed.). *Cresça e faça crescer* (pp. 151-194). Canoas: Centro Editorial La Salle.
- Justo, H. (2003). *Ensino e aprendizagem segundo Carl Ransom Rogers: aprendizagem centrada no aluno*. Canoas: Centro Editorial La Salle.
- Milhollan, F., & Forisha, B. E. (1972). *Skinner x Rogers: maneiras contrastantes de encarar a educação*. São Paulo: Summus Editorial.
- Parrat-Dayana, S. (2008). *Como enfrentar a indisciplina*. São Paulo: Editora Contexto.
- Rogers, C. R. (1954). *Terapia centrada no paciente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rogers, C. R., & Stevens, B. (1967). *De pessoa para pessoa: o problema do ser humano*. (2ª Ed.). São Paulo: Pioneira.
- Rogers, C. R. (1975). A Relação Interpessoal: O Núcleo da Orientação. In C. R. Rogers, & G. M. Kinget (Eds.). *Psicoterapias e Relações Humanas* (Volume 1). Belo Horizonte: Interlivros.
- Rogers, C. R. (1977a). *Liberdade para aprender* (4ª Ed). Belo Horizonte: Interlivros.
- Rogers, C. R. (1977b). *A pessoa como centro*. São Paulo: EPU.
- Rogers, C. (2009). *Tornar-se Pessoa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Tambara, N., & Freire, E. S. (2007). *Terapia Centrada no Cliente: Um caminho sem volta*. Porto Alegre: Delphos.